

Editorial

Comunicação Pública e Governamental: novas vozes para nova cidadania

Comunicação Pública e Governamental são assuntos contemplados neste número quatro da *Organicom*. Trata-se de uma temática pouco estudada no Brasil e que ainda carece de uma literatura consistente no âmbito das Ciências da Comunicação. As considerações dos autores aqui registradas, nas suas várias vertentes, certamente contribuirão para despertar um maior interesse dos pesquisadores e dos agentes envolvidos com a causa pública. Valorizar este campo que precisa ocupar um espaço mais relevante de debates e reflexões tanto no meio acadêmico como no profissional é um dos propósitos centrais do dossiê ora disponível ao público.

Desde os estudos de Jürgen Habermas (1929) sobre o surgimento da esfera pública e sua relação com a Comunicação, esta passou a ter e merecer um papel central. A contribuição de Habermas foi deslocar as teorias de democracia e do estado de direito dos livros de Filosofia e Direito e da teoria social para os estudos da Comunicação. Essa sua contribuição é fundamental quando se pensa em refletir e trabalhar com a Comunicação Pública.

O fim primeiro da Comunicação Pública, Política e Governamental é a manutenção da democracia. É o interesse público que está acima de tudo. Dentro disto, podemos relacionar a perspectiva cívica da Comunicação Pública; a busca pela aproximação entre o público e o governo; o direito constitucional de informação dos atos e a transparência das ações do Estado; a conclamação pela participação cidadã a partir desta informação, num retroalimentar constante.

O sistema político democrático só poderá fluir se contar com fontes abertas de interlocução com a sociedade e com uma estrutura planejada de comunicação, sustentada pelos princípios do direito à informação e pelo dever dos governantes de informar, conforme está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. São esses pilares que devem nortear a gestão das secretarias e assessorias de comunicação da administração pública nas esferas federal, estadual e municipal dos três poderes da República e o desempenho das funções profissionais de Comunicação Social.

Mas se, ao mesmo tempo, há um lugar especial reservado para a Comunicação Pública e Governamental numa perspectiva moderna, dinâmica e sintonizada com a sociedade, o histórico de utilização dos instrumentos de comunicação pelos governos não é dos melhores no Brasil. A primeira “mancha” pode ser remetida ao DIP (Departamento de Informação e Propaganda), dos tempos do governo Getúlio Vargas e, mais tarde, com a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e a Assessoria de Relações Públicas (ARP) do tempo dos governos militares. Essas assessorias, na verdade, não seguiam os verdadeiros princípios e os fundamentos das Relações Públicas governamentais, mas constituíam, sim, verdadeiros aparelhos de propaganda ideológica do Estado para propagar e manter o regime ditatorial da época. Suas atividades foram essencialmente vol-

tadas para a propaganda (*stricto sensu* da palavra) desses governos, tendo ainda um caráter manipulatório da informação.

No entanto, nos últimos tempos e no presente, em que pesem os avanços alcançados com a criação da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e o caráter da informação pública, que atinge dimensões mais democráticas, ainda se privilegia muito a publicidade com ênfase em campanhas publicitárias fragmentadas em que a informação passa somente pela comunicação massiva, no estilo “use camisinha no carnaval” e, ainda, no aparecer na mídia a qualquer preço. O obscurantismo, por parte dos agentes envolvidos, em não perceber o importante papel das Relações Públicas na gestão da Comunicação Pública e Governamental, por meio de ações comunicativas dirigidas ao cidadão, a todo um universo de públicos envolvidos e à sociedade em geral, prejudica um trabalho de Comunicação Integrada mais eficaz e efetivo.

Graças à Internet e com a implantação do governo eletrônico – *e-government*, nos últimos anos, uma mudança surpreendente tem acontecido do ponto de vista de uma maior transparência das ações do poder público. Este novo canal de comunicação direta tem sido visto como esperança no sentido de permitir um livre e amplo acesso às informações do Estado, fomentando, assim, a democracia e ampliando os espaços da esfera pública. Ou seja, a participação política nos dias atuais, e cada vez mais daqui por diante, passaria necessariamente pela Internet. Mesmo com uma essência fragmentadora e com a crítica de diluir os discursos, as novas tecnologias teriam uma relação de *empowerment*, um fortalecimento dos poderes do cidadão.

Um outro importante quadro se apresenta com a cultura política. Ela hoje extrapola a atividade do Estado e se torna um importante desafio para conceituação, entendimento e formulação de novas propostas de ação. Todo um histórico de surgimento e crescimento dos movimentos sociais, como o feminismo, a inclusão social e digital, e de novas formas de cidadania etc., por exemplo, bem como o próprio caráter revolucionário da Internet, entre outros fatores e fenômenos, redimensionam esta cultura política, movimentando a sociedade civil no sentido global e, ao mesmo tempo, local.

É neste contexto, a nosso ver bastante oportuno, que a *Organicom* traz o dossiê Comunicação Pública e Governamental, reunindo a visão e as constatações empíricas de pesquisadores brasileiros e internacionais sobre muitos desses aspectos acima comentados. Grande parte dos artigos apresentados é resultante de teses de doutorado defendidas em centros de pós-graduação em Ciências de Comunicação, o que expressa a preocupação deste periódico científico em contribuir para a democratização dos novos conhecimentos que vêm sendo gerados na universidade.

Começamos com o texto de Mariângela Haswani, que busca traçar os novos alicerces teóricos para a realidade da Comunicação Governamental. A partir do debate da definição dos termos público e privado, faz um resgate histórico da significação desses termos no Brasil e propõe uma reflexão sobre os novos lugares da Comunicação Estatal e sua forma de atuação. Em seguida, a professora mexicana María Antonieta Rebeil Corella traz um estudo sobre a comunicação nas organizações e instituições públicas. Com este estudo, a autora demonstra como a comunicação tem um enorme potencial na melhoria das organizações, funcionando como fator estratégico para a consecução dos objetivos institucionais e corporativos.

Com um breve histórico dos termos Comunicação Pública e Comunicação Política, Heloiza Matos discute justamente a ampliação e os dilemas da conceituação dessas modalidades nos dias de hoje e suas práticas no Brasil. Ana Lúcia Romero Novelli lança mão de sua experiência como diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal e debate um tema ainda

pouco conhecido e estudado: a governança. Para a autora, este conceito vem sendo responsável por uma reinvenção do setor público, alterando a consciência e o modo de atuação, para que haja fortalecimento da esfera pública e ampliação dos mecanismos de democratização e participação do cidadão.

A relação entre mídia e poder são trazidas em dois artigos. O primeiro, do investigador boliviano José Luís Exeni, explora a difícil relação entre a midiaticização e a governabilidade. Exeni lança um debate teórico de como esse dois conceitos se entrelaçam na manutenção do poder político. O segundo é da autoria de Paulo Celestino da Costa, filho, que debate a questão do Jornalismo Público. Desenvolvido nos Estados Unidos nos anos 1990, seus adeptos defendem que o jornalismo pode, sim, ter uma nova atuação política, principalmente conclamando o cidadão ao debate e à ação, assim como o próprio jornalista, também, pode ter outra relação de engajamento com a cidadania.

As relações entre Internet e política têm lugar no artigo de José Augusto P. Brito. Com dados de recentes pesquisas, ele analisa o conceito da cibercidadania no momento em que a cidadania e a democracia passam a aglutinar suportes como a informação digital, os serviços on-line e a interatividade. Como destaque da seção de Pesquisa desta edição da *Organicom*, registramos o estudo empírico realizado no doutorado de Ana Maria Córdoba Wels, sobre as assessorias de comunicação social na esfera pública do Estado do Rio Grande do Sul, trazendo um registro completo das principais práticas profissionais dos órgãos estatais gaúchos de comunicação.

Como não poderia deixar de ser, toda a cultura política, o seu universo e os recentes fatos da política brasileira entram em debate a partir da entrevista com um dos maiores e mais conceituados estudiosos da Comunicação Política e Governamental no Brasil hoje: o jornalista e professor titular da ECA-USP, Gaudêncio Torquato. Atuando como consultor político e colunista de vários jornais brasileiros, Torquato foi um dos precursores do estudo da Comunicação Organizacional e tem o mérito de ter defendido a primeira tese de doutorado nessa área no País. Seus caminhos, trajetória e pensamentos estão aqui registrados em uma rica entrevista concedida à *Organicom*.

Acreditamos que em cada nova edição da *Organicom* estamos cultivando sementes para germinar novas pesquisas e novos desafios e que os pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de Comunicação Social se sintam encorajados a ampliar e multiplicar estudos de temas relevantes que ainda carecem de uma sistematização teórica mais abundante e profunda.

Finalmente, aproveitamos para dar duas boas notícias. A primeira é que nossa revista já atingiu o conceito de qualificação *Qualis B Nacional* dos periódicos científicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A segunda é que, a partir deste número, a Abrapcorp (Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas), criada em 13 de maio de 2006, passa a ser também co-promotora e responsável pelas edições, juntamente com a ECA-USP. Que mais esta força representativa do campo científico das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no Brasil ajude a fortalecer a *Organicom* em prol da consolidação do campo das Ciências da Comunicação entre a comunidade acadêmica internacional.

Esperamos que o debate sobre a Comunicação Pública e Governamental contribua para que tenhamos uma sociedade mais informada, justa, democrática e consciente dos seus direitos como cidadãos e que os governantes usem a comunicação como um bem e um valor de interesse público, e não como forma, pura e simples, de visibilidade midiática personificada.

OS EDITORES